



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E  
HUMANAS – LICENCIATURA**

**MAURO ROGÉRIO JENSEN**

**AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO EM DISPUTA NA COMUNIDADE APUCARANINHA, CÂNDIDO DE  
ABREU/PR**

**LARANJEIRAS DO SUL  
2021**

**MAURO ROGÉRIO JENSEN**

**AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO EM DISPUTA NA COMUNIDADE APUCARANINHA, CÂNDIDO DE  
ABREU/PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2021**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Jensen, Mauro Rogério

AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO: território em disputa na Comunidade Apucarantina, Cândido de Abreu/PR / Mauro Rogério Jensen. -- 2021.

40 f.:il.

Orientador: Doutor Fábio Luiz Zeneratti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. Agronegócio. 2. Campesinato. 3. Comunidade Apucarantina. 4. Território. I. , Fábio Luiz Zeneratti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**MAURO ROGÉRIO JENSEN**

**AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO EM DISPUTA NA COMUNIDADE APUCARANINHA, CÂNDIDO DE  
ABREU/PR.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:  
14/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

---

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

---

Prof. Dr. Fábio Pontarolo  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, esposa, irmãos, familiares e amigos em geral, que me incentivaram e me deram força nessa caminhada, pois nos momentos difíceis onde pensei em desistir sempre teve alguém para me incentivar e me dar forças para continuar.

Também quero fazer um agradecimento especial ao meu professor-orientador Fábio Luiz Zeneratti, por sua excelente orientação que trouxe imensa contribuição para o trabalho, dando luz e direcionamento para o caminho da pesquisa e sempre estando disposto para dar orientações e sanar dúvidas.

Agradeço também a todos os professores que tive em minha vida, desde os anos iniciais até os da universidade, por uns mais e outros menos terem contribuído para o meu crescimento enquanto acadêmico e quanto pessoa, também dando exemplo de como deve ser um professor ou de como não deve ser.

Aos colegas de turma que se tornaram grandes amigos e que levarei para a vida toda, eles sempre se ajudaram e deram força para não desistirmos.

A todas as famílias entrevistadas na pesquisa de campo, que foram muito atenciosas e estavam sempre dispostas a responder as perguntas, assim dando grande contribuição para o desenvolvimento do trabalho.

Também agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul que me abriu as portas da Universidade e dessa forma possibilitou com que esse trabalho fosse desenvolvido.

Por fim, também agradeço a todos os autores que usei como inspiração para o desenvolvimento desse trabalho, pois foi através de seu comprometimento com o mundo acadêmico e desenvolvimento de trabalhos que me deu respaldo teórico para o desenvolvimento de minha pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão a partir dos conceitos de território, agricultura camponesa e agronegócio. O recorte da pesquisa é a Comunidade Apucarantina, localizada no município de Cândido de Abreu, estado do Paraná. Esta pesquisa teve por objetivo compreender o avanço do modelo produtivo do agronegócio sobre os territórios camponeses na comunidade. A metodologia do trabalho tem como base a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. Por residir na comunidade estudada, o pesquisador pode contribuir com observações a partir de sua vivência, isso permitiu estabelecer diálogos entre a teoria e a realidade estudada. Identificou-se que na comunidade há significativo avanço das *commodities* agrícolas sobre os territórios camponeses, resultando na substituição das culturas alimentares, entre elas o feijão, pela produção de soja.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Campesinato. Comunidade Apucarantina. Território.

## **ABSTRACT**

The present work presents a discussion that starts from the concepts of territory, peasant agriculture and agribusiness. The focus of the research is the Apucarantina Community, located in the municipality of Cândido de Abreu, state of Paraná. This research aimed to understand the advancement of the agribusiness productive model over the peasant territories in the community. The methodology of the work is based on bibliographic review and field research. As he resides in the studied community, the researcher can contribute with observations from his experience, which allowed establishing dialogues between the theory and the studied reality. It was identified that in the community there is a significant advance of agricultural commodities over the peasant territories, resulting in the replacement of food crops, including beans, by soybean production.

**Keywords:** Agribusiness. Peasantry. Apucarantina Community. Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Localização do município de Cândido de Abreu.....	19
<b>Figura 2:</b> Limites da Comunidade Apucarantina.....	20
<b>Figura 3:</b> Plantação de soja na comunidade Apucarantina.....	27
<b>Figura 4:</b> Área de plantação na comunidade Apucarantina após a colheita da soja.....	28
<b>Figura 5:</b> Implementos agrícolas de um agricultor da Comunidade Apucarantina.....	32

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Cultivo, Destino e volume da produção nas propriedades entrevistadas.....	25
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

COAMO – Agroindustrial Cooperativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PQA – Paradigma da Questão Agrária

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. DEBATENDO OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>13</b>
2.1. Caracterização geográfica e histórica da Comunidade Apucarantina.....	19
<b>3. O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA COMUNIDADE APUCARANINHA.....</b>	<b>22</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca compreender a disputa territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio na comunidade Apucarantina em Cândido de Abreu/PR. O tema de pesquisa está inserido no contexto de vida do pesquisador, pois reside na comunidade. Portanto, estudá-lo é, também, buscar compreender as contradições presentes no cotidiano do pesquisador.

Nota-se que a relação da agricultura camponesa e o agronegócio na comunidade tem sido conflituosa, resultando na expansão do agronegócio, principalmente no que diz respeito à monocultura da soja. Parte dos camponeses está deixando de plantar culturas alimentares, como o feijão, o arroz, o milho, para plantarem apenas a *commoditie* soja.

A disputa entre o território da agricultura camponesa e do agronegócio na comunidade se dá pelo fato da atuação e influência das empresas multinacionais, como, por exemplo, a Bayer, a Cargil, a Bunge, a Syngenta, e das cooperativas, especialmente a Coamo. Sendo assim, são elas que controlam a comercialização dos produtos agrícolas e dessa forma interferem na decisão do tipo de cultura que será desenvolvida pelos agricultores. Assim, os camponeses acabam quase que obrigados a realizar a produção voltada aos interesses destas empresas, ou seja, estão inseridos num processo de monopolização do território, como destaca Oliveira (2015).

Neste contexto, foi definido como Objetivo Geral da pesquisa compreender o avanço do modelo produtivo do agronegócio sobre os territórios camponeses na comunidade Apucarantina, localizada no município Cândido de Abreu, estado do Paraná. Já os Objetivos Específicos definidos foram: a) realizar a caracterização geográfica da comunidade Apucarantina; b) compreender os conceitos de território, agricultura camponesa, agronegócio; c) analisar os motivos do aumento da produção voltada para o agronegócio na comunidade Apucarantina.

A metodologia utilizada na pesquisa consistiu em levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foram entrevistados oito agricultores da comunidade, no texto seus nomes foram substituídos por siglas para garantir o semianonimato das fontes. Desse total, três foram entrevistados informalmente antes da Pandemia, sem roteiro de entrevista e com o objetivo de conhecer a história da

comunidade; as outras cinco entrevistas aconteceram preferencialmente com aqueles que cultivavam alimentos (feijão, arroz e hortifrúti) e atualmente cultivam *commodities* (soja). Para isso foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, contendo as principais perguntas sobre o assunto.

O número de famílias entrevistadas considerou o fato da Pandemia da Covid-19 no período de realização da pesquisa, que acabou por tolher a possibilidade de realizarmos a pesquisa com uma amostragem mais elevada. A Pandemia chegou ao Brasil no final de fevereiro de 2020, quando foi registrado o primeiro caso da doença no país, e segue atualmente com altos índices de contaminação. Sendo assim, a pesquisa foi realizada seguindo todos os protocolos de segurança para evitar a propagação do vírus (distanciamento de pelo menos dois metros, uso de máscaras e higienização com álcool gel).

As cinco entrevistas que aconteceram durante a Pandemia foram assim realizadas: três entrevistas de forma presencial, realizadas com famílias que já tem certo contado cotidiano com o pesquisador, fazendo com que a realização das entrevistas não causasse aumento no risco de contágio do vírus; já as outras duas entrevistas foram feitas por telefone, isso para evitar contato físico.

Este trabalho está dividido em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro se discute os conceitos de território, agricultura camponesa e agronegócio. Já no segundo é apresentada a comunidade e os resultados da pesquisa de campo.

## **2. DEBATENDO OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO**

O espaço geográfico é a síntese da relação entre a sociedade e a natureza, em uma relação dialética. O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008). Os sistemas de objetos são as forças produtivas, esse sistema é chamado de fixos, já o sistema de ações são as relações sociais de produção, chamados de fluxos. Sendo assim, é a relação dialética que acontece entre fixos e fluxos que causam as transformações no espaço geográfico (SANTOS, 2008).

A Geografia analisa o espaço geográfico se utilizando de alguns conceitos, tais como: lugar, paisagem, território, região e rede; para efetuar os seus estudos. E será no conceito de território que o presente trabalho irá se aprofundar para compreender as territorialidades da comunidade Apucarantina.

Para Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes. É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, sendo fruto da ação de um ator que ao se apropriar de um espaço ele o territorializa passando a exercer poder sobre aquele território.

Podemos definir o território como um conceito que abrange e ressalta o poder que diferentes grupos, classes, pessoas, instituições e o Estado exerce em determinada área.

Suertegaray (2001) aponta que o conceito de território está relacionado com a ideia de poder de diferentes grupos sobre um espaço:

Em breves considerações, o que queremos frisar é a ótica analítica do conceito de território. Este norteou na Geografia perspectivas analíticas vinculadas a idéia de poder sobre um espaço e seus recursos; o poder em escala nacional: o Estado-nação. Mais recentemente, este conceito indica possibilidades analíticas que não deixam de privilegiar a idéia de dominação-apropriação de espaço. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Trata-se de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, extraindo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como expressa-se na concepção clássica de território. A natureza, enquanto recurso associada à idéia de território, já não é mais necessária. Nestas territorialidades, a apropriação se faz pelo domínio de território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria, a exemplo

das territorialidades por vezes estudadas, como o território das drogas. [...] (SUERTEGARAY, 2001, p. 6).

Portanto, o mesmo espaço pode ser o território de diferentes grupos em diferentes momentos, o território também não é apenas o domínio de um espaço para a produção, ele também está relacionado com a circulação de mercadorias, com o domínio de um território comercial.

O território pode acontecer em diferentes escalas, pode ser local ou até internacional. Também podemos dividi-lo em quatro tipos de território: cultural, que está relacionado com o valor simbólico do espaço vivido; econômico, que se dá pelas relações econômicas, o território como fonte de recursos e capital; político ou jurídico-político, o espaço delimitado e controlado pelas relações de poder; natural, que está envolvido com a relação do homem com o espaço físico em que vive (SANTOS, 1985).

Falando em território, não podemos deixar de discorrer acerca das conflitualidades nas relações de poder e de controle do território que acontecem no campo. Tendo em vista que o agronegócio está em constante conflito com o território camponês, pois a agricultura brasileira está passando por um crescente processo de modernização da base técnica, assim como demonstram Paulino e Fabrini (2008):

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 havia um trator para cada 410 hectares cultivados. Em 2006, essa relação caiu para 97 hectares por trator. Paradoxalmente, na última década houve uma diminuição de 1,95% no número de máquinas, embora nesse intervalo a área com lavouras tenha aumentado em aproximadamente 83%, passando de 41,7 milhões para 76,6 milhões de hectares cultivados. Isso significa que está havendo uma substituição por máquinas maiores e mais potentes, próprias para a exploração de larga escala (PAULINO; FABRINI, 2008, p. 220).

Esta modernização está gerando uma relação de poder desfavorável à produção camponesa, levando uma parcela dos camponeses a adotarem novas tecnologias e equipamentos para continuar a produzir no campo. Entretanto, isso acontece com aqueles que possuem um maior potencial financeiro, além de terras em escala que possibilite este processo.

Neste contexto, esses camponeses passam a praticar uma agricultura nos moldes do agronegócio, com uso de máquinas, equipamentos, uso intensivo de agrotóxicos e dependentes das grandes empresas que controlam a cadeia de produção agrícola do país (FERNANDES; WELCH, 2004).

Por outro lado, a parcela do campesinato que tem menor poder aquisitivo acaba tendo que lutar para que não seja engolido pelo capital. Ou seja, acaba tendo que vender a sua força de trabalho, no campo ou na cidade, assim acabando se tornando proletariado, ou seja, o trabalhador assalariado, deixando de existir enquanto camponês.

Como se pode notar, as relações da agricultura camponesa e o agronegócio no campo brasileiro são complexas. Uma alternativa para compreendê-las é utilizando uma abordagem a partir de dois paradigmas, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), como afirma Felício (2006). Com isso, podemos observar que para o Paradigma do Capitalismo Agrário as relações de produção e trabalho tem uma lógica capitalista, exploratória, explorando os trabalhadores e sugando ao máximo os recursos naturais a fim de potencializar a sua produção em prol do aumento dos lucros e da reprodução do capital.

Já o Paradigma da Questão Agrária reconhece que historicamente existe no Brasil uma grande desigualdade no campo, centralizada na concentração da propriedade da terra e na exploração exercida pelo capital. Sendo assim, o PQA reconhece a luta camponesa e sua relação entre o trabalho e a produção, tendo como objetivo principal o sustento da família e a manutenção da propriedade.

Sobre esses paradigmas Zeneratti (2014) argumenta que:

Em síntese, o PCA defende a agricultura de escala, as relações capitalistas, os transgênicos, o agronegócio, o fim do campesinato e a ascensão do agricultor familiar. Já o PQA reconhece a existência dos camponeses, defende que a integração ao mercado não é seu fim, mas uma relação de subalternidade. Reconhece as contradições e conflitualidades presentes nas relações capitalistas e, sobretudo, busca alternativas (ZENERATTI, 2014, p.7).

Portanto, analisando esse antagonismo paradigmático podemos notar que para o PCA o camponês é um problema. Dessa forma, os teóricos do PCA buscam transformar esse camponês em agricultor familiar, defendendo a integração delas à lógica capitalista de produção, voltada prioritariamente ao mercado, dando um novo viés a sua lógica de produção, deixando de ser voltada à manutenção da propriedade e da família para ter como objetivo a produção de capital.

Seguindo essa abordagem temos que deixar claro que em questões territoriais o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos. Mas, do ponto

de vista teórico, o PCA os reconhece como agricultor familiar, já o PQA os caracteriza a partir do conceito de camponeses. Para o PQA o que define os camponeses não é o fato de eles produzirem monocultura ou policultura, o uso de tecnologia e a integração ao mercado, o que realmente define esse agricultor é o sentido da relação social de produção. Se a produção é de base familiar, sem trabalho assalariado, estamos falando de agricultor camponês.

Ainda sobre essa conflitualidade dos paradigmas, a partir dos conceitos de agricultura familiar e de camponês, Felício (2006) analisa as relações sujeito-espaco destacando as ações dos sujeitos, agricultor familiar e o camponês, tendo em vista que as ciências humanas ainda não conseguiram diferenciar de forma clara as diferenças entre esses dois sujeitos, mas essa diferença, se é que ela existe, não é central e sim entender qual é o papel do camponês na sociedade capitalista.

Sendo assim, Felício (2006) argumenta que para o Paradigma do Capitalismo Agrário o único futuro para o camponês é a transformação em agricultor familiar, pois ele entende que é inevitável a extinção do camponês, portanto, ele deve se inserir ao mercado e racionalizar ao máximo a sua produção, assim se transformando em agricultor familiar. Já o Paradigma da Questão Agrária diz que a identidade camponesa está ligada à luta pela reforma agrária, pois o camponês é aquele que luta pela terra e quando mais aumenta a concentração de terra nas mãos dos latifundiários simultaneamente aumenta o número de camponeses lutando pela terra, assim movendo a conflitualidade entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa.

Outro ponto que não podemos deixar de abordar é o fato de a agricultura capitalista tentar esconder as suas raízes escravocratas, exploradoras, latifundiária que estão em sua essência. Para isso, ela passa a usar o termo agronegócio que tem como objetivo trazer uma visão de modernidade, tecnologia, aumento da produtividade. Assim, como demonstram Fernandes e Welch (2004, p. 1):

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Seguindo essa lógica o agronegócio se utiliza dos meios midiáticos para trazer para si todos os resultados da produção nacional, construindo uma imagem de

que é apenas o agronegócio que produz e sustenta o país, deixando de lado a agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo brasileiro, com exceção da soja, cana e laranja. Assim como nos apresenta Zeneratti (2018):

Na contramão do consenso historicamente inculcado da supremacia da produção capitalista, ainda devemos destacar a participação camponesa nesses números, afinal 70% de toda alimentação produzida no país vêm da agricultura camponesa (BRASIL, 2016). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 e disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006, p. 05), em 2006 a pequena propriedade foi responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho produzido no país (ZENERATTI, 2018, p. 111).

Vale ressaltar ainda, que Zeneratti (2018) afirma que além da agricultura camponesa produzir esses produtos já característicos de sua agricultura, ela também tem uma grande participação na produção de culturas características do agronegócio, produzindo 16% da soja e 21% do trigo no Brasil, tendo também uma participação de 30% na pecuária.

O fato da agricultura camponesa ter participação menor na produção desses produtos típicos do agronegócio está ligada a relação que o camponês tem com a terra. Pois, para os camponeses a terra está voltada a produção comercial sem deixar de produzir alimentos, sendo assim, a sua produção tende a ser diversificada. Com isso, podemos notar que em áreas com maior concentração de pequenos produtores a desigualdade é menor e por consequência os índices de desenvolvimento socioeconômico estão entre os maiores.

Também podemos observar que esse antagonismo do agronegócio e o campesinato, geram inúmeros conflitos, que na maioria das vezes são desiguais, pois o poder público que deveria ser igual para todos acaba estando do lado do agronegócio, que na maioria das vezes controla os governos, assim fazendo com que as leis também sempre estejam do seu lado. Como afirma Fernandes (2004, p. 7, grifos do autor):

O *controle político* é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente.

Com isso, os camponeses acabam submetidos ao controle do mercado, exercido pelas grandes empresas do agronegócio que dessa forma acabam exercendo sua influência no território camponês. Com isso, uma parte dos camponeses deixa de lado algumas culturas alimentares e acaba realizando a sua produção de acordo com o que o agronegócio impõe.

Sendo assim, o aumento da produção de *commodities* e por consequência a diminuição da produção de culturas alimentares voltada ao consumo interno vem se intensificando nos últimos anos (PAULINO; KRÜGER, 2010). Isso se dá principalmente pelo interesse do mercado internacional nesses produtos e pelo fato do Estado disponibilizar a grande maioria dos recursos destinados ao setor agrícola a incentivar a produção dessas *commodities*, assim financiando a produção dos grandes produtores capitalistas e fazendo com que a produção destinada à alimentação da população fique a cargo da agricultura camponesa.

Mas, nesse cenário, o camponês também se vê obrigado a se inserir nessa lógica de mercado e passa a produzir monoculturas, tais como: soja, milho, trigo, entre outras. Passa a usar a sua terra para produção de *commodities*, mesmo que a sua relação com a produção continue sendo aquela com características da agricultura camponesa. Portanto, esse fato aliado à produção dos grandes e médios produtores do agronegócio, fazem com que a produção dessas *commodities*, principalmente o cultivo da soja, alcancem números de predomínio na agricultura brasileira, como os apresentados por Paulino e Krüger (2010):

[...] no intervalo de 25 anos, a redução da área de produção de feijão foi de 374.972 hectares (46%), a de arroz, de 330.864 hectares (84,71%), o milho deixou de ser cultivado em 128.208 hectares (6%) e o trigo, em 164.137 hectares (11,39%), sendo necessário lembrar que os dois últimos são lavouras de forte consorciamento com a soja, em cultivos de inverno. Por outro lado, a ampliação da área de produção de soja foi de 1.743.867 hectares (72%) (PAULINO; KRÜGER, 2010, p. 100).

Podemos avaliar que esses números são reflexos do controle das grandes multinacionais do agronegócio que controlam a produção, aliado ainda, aos incentivos estatais para a tecnificação e modernização da agricultura.

No caso da soja, além das empresas privadas, há forte presença das cooperativas agrícolas no campo. Elas exercem um papel importante para o avanço da soja entre os camponeses. Pois, como destaca Zeneratti (2018), essas cooperativas do agronegócio são compostas por maioria camponesa, chegando a

75% do quadro de sócios. A partir dessa entrada entre os camponeses, as cooperativas são responsáveis por inserir o modelo de produzir do agronegócio no território camponês, normalmente por meio de assistência técnica, fornecimentos de insumos e cursos de formação.

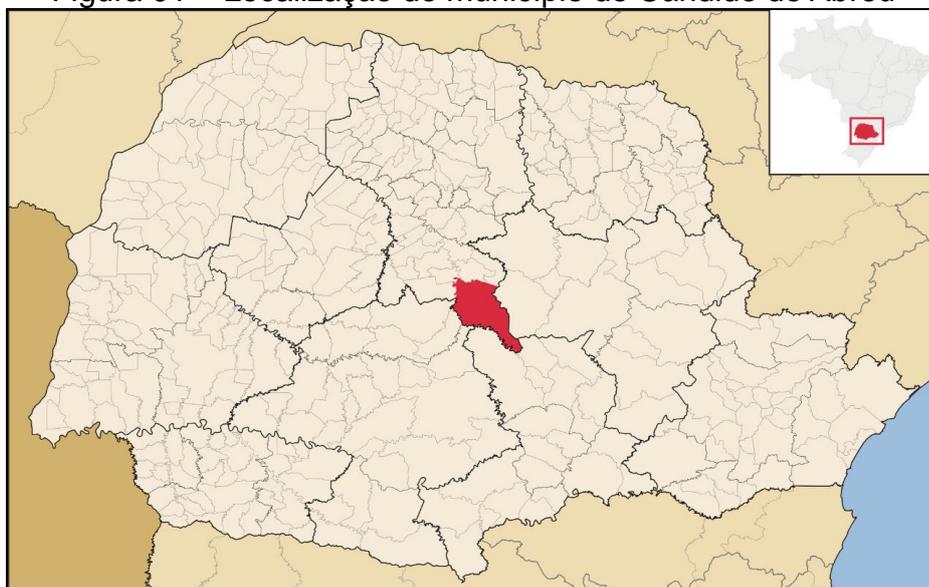
Como se pôde notar na primeira parte deste capítulo, o território está em disputa, o agronegócio tenta avançar sobre o território camponês, por isso a importância dessa pesquisa na Comunidade Apucarantina, para compreender essa conflitualidade e ajudar a transformá-la.

## 2.1. Caracterização geográfica e histórica da Comunidade Apucarantina

A comunidade Apucarantina está localizada no município de Cândido de Abreu, na mesorregião Norte Central paranaense. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o município possui uma área de 1.510,160 quilômetros quadrados, tendo uma população de 16.655 habitantes, sendo que desses 4.752 vivem no perímetro urbano (28,5%) e 11.903 na zona rural (71,5%). A distância do município até a capital do Estado é de 290,43 km, sua emancipação do município de Reserva ocorreu em 22/12/1995.

A Figura 1, a seguir, destaca o município de Cândido de Abreu no estado do Paraná.

Figura 01 – Localização do município de Cândido de Abreu

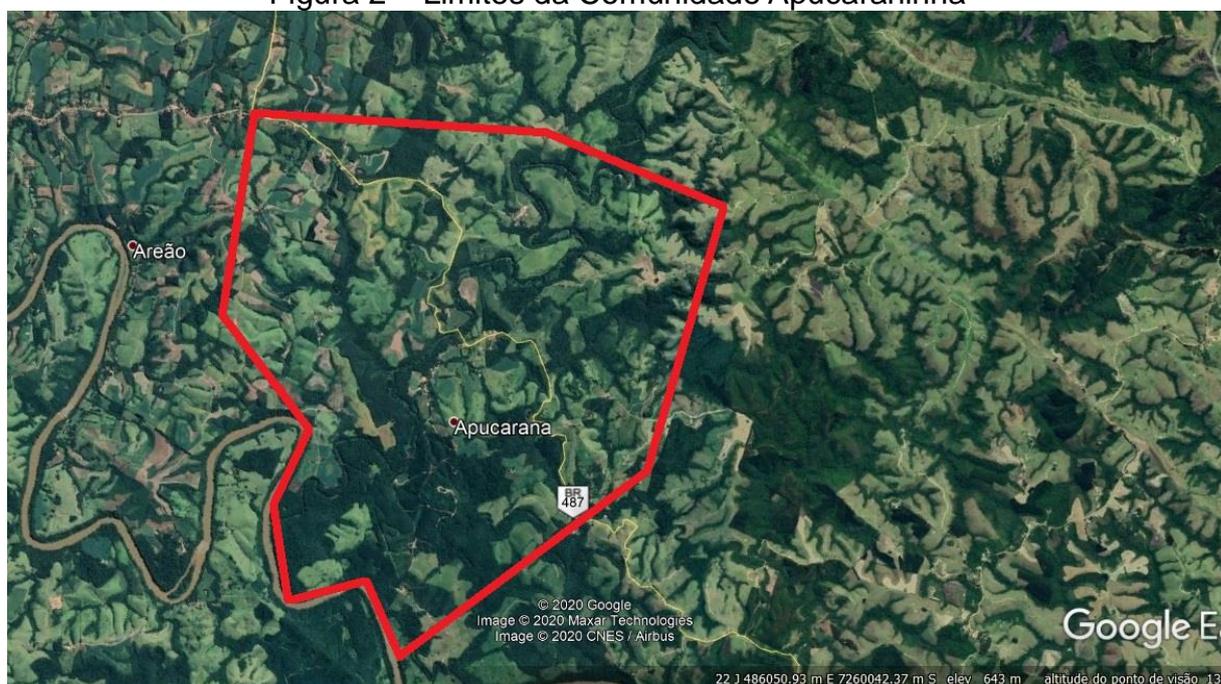


Fonte: Wikipedia, 2020.

Quanto à comunidade Apucarantina, ela se encontra na zona rural do município, geograficamente localizada na região sul do município, possuindo uma área de aproximadamente 2.000 hectares e uma população de aproximadamente 100 habitantes. A grande maioria são proprietários e vivem, ou por praticamente toda a sua vida viveu, da agricultura, sendo que, também há na comunidade algumas pessoas que são trabalhadores assalariados e trabalham nas fazendas que estão localizadas na referida comunidade.

A Figura 2 ilustra uma imagem de satélite, onde foram feitas demarcações que representam onde aproximadamente são os limites territoriais da comunidade.

Figura 2 – Limites da Comunidade Apucarantina



Fonte: Google Earth, 2020.

A imagem de satélite se refere à 02/02/2018. Sendo assim, algumas áreas da comunidade já sofreram alterações, como áreas de matas que foram desmatadas para realizar plantações e também plantios de eucalipto que já foram cortados.

Sobre a história da comunidade, não foi possível encontrar referências bibliográficas que possam auxiliar nesse regaste histórico, portanto, optou-se pela utilização de dados históricos colhidos por meio de diálogos com três pessoas da comunidade, todos idosos com mais de 70 anos. Como elas viveram toda a sua vida

na comunidade, apresenta conhecimento da história local, por ter vivido a mesma ou pelo que lhes foi passado por seus pais e avós.

Segundo esses moradores, a comunidade tem aproximadamente 150 anos (é o que consta no registro, na escritura de um desses moradores). E segundo nos falou o entrevistado (D. P.) a comunidade teve como primeiros habitantes famílias polonesas, holandesas e alemãs, dessas algumas vieram direto da Europa e outras vieram de outras regiões do Paraná.

Um fato interessante sobre a história da comunidade foi nos apresentado ao conversar com o senhor (V. S), que nos disse que muito antes de Cândido de Abreu se emancipar e se tornar um município, a Comunidade Apucarantina teve uma área de 10 alqueires (24,2 hectares) declarada como perímetro urbano, onde seriam feitos loteamentos e povoamento da área para que possivelmente se tornasse uma cidade. Perspectiva que não se consolidou.

Isso não significa que a comunidade não teve certo dinamismo econômico, afinal por volta dos anos 1960 havia na comunidade farmácia, igreja, mercearias, açougue, fábricas de pinga e uma população entre 300 e 400 habitantes. Os principais cultivos eram de feijão e de milho para alimentar a criação de porcos. O feijão e os suínos eram as principais fontes de renda da maior parte das famílias da comunidade.

Atualmente, essa dinâmica local mudou muito, não existe nenhum comércio ou igreja na comunidade. A comunidade não se desenvolveu como se objetivava pelo poder público, a área que foi destinada como perímetro urbano aos poucos foi virando fazenda. A população, hoje é menor e até as práticas agrícolas e os alimentos que são produzidos pela maioria dos agricultores da comunidade são bem diferentes, sendo justamente essa última questão que daremos ênfase e abordaremos nos capítulos a seguir.

### 3. O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NA COMUNIDADE APUCARANINHA

Na Comunidade Apucarantina as atividades econômicas são praticamente todas vinculadas à agricultura camponesa e ao agronegócio, são esses dois territórios que serão analisados a seguir.

Segundo os moradores da comunidade é possível observar que o território da agricultura camponesa era mais extenso na comunidade. Com o passar do tempo, o território do agronegócio vem se expandindo, fazendo com que os pequenos camponeses vendam as suas propriedades para os fazendeiros, para irem para a cidade.

Alentejano (2011) apresenta números que demonstram como este processo de saída do campo se expressa em todo o Brasil, permitindo inferir que essa não é uma realidade apenas da comunidade estudada. O autor traz números que retratam o domínio do agronegócio e dos latifúndios sobre a propriedade da terra em 2006. Essa concentração das terras foi confirmada no Censo Agropecuário de 2017, já que os estabelecimentos com menos de 10 hectares são 50,91% do total, mas correspondem a apenas 2,28% da área total dos estabelecimentos rurais, e os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que são apenas 1,03% do total dos estabelecimentos, ocupam uma área de 47,60% das terras (IBGE, 2017).

Na Comunidade Apucarantina, a extensão das propriedades não foge à regra nacional, pois os limites territoriais do agronegócio, ou seja, da grande propriedade, abrange cerca de 90% da área total da comunidade, conforme as observações em campo indicaram.

Já o território da agricultura camponesa é constituído por pequenas propriedades, onde em sua maior parte o relevo é acidentado, com grande declividade, e o processo de produção são manuais. Nessas propriedades são plantados vários tipos de alimentos como, por exemplo, arroz, feijão, milho, mandioca, batata, entre outros.

Sobre a produção de alimentos na agricultura familiar Andrioli (2009) expõe que:

[...] a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos, principalmente por sua característica de integrar a produção e o consumo. Agricultores familiares, portanto, ao mesmo tempo que produzem, também consomem parte de sua produção. Esses alimentos podem ser de melhor qualidade, pois os produtores usufruem da sua própria produção e,

para conseguir fazer com que o trabalho da família possa ser empregado ou possa gerar valor durante o ano inteiro, ele terá de se ocupar com várias atividades (ANDRIOLI, 2009, p.13).

Pelo fato da produção nessas propriedades, em sua grande maioria, não ser mecanizada, há uma relação de vizinhança nesse território entre os pequenos produtores, onde uma precisa da outra para ajudar nos serviços. Essa relação acontece de uma forma em que eles trocam dias de serviço, ou seja, quando um agricultor tem um serviço para fazer em sua propriedade ele chama outros agricultores para ajudar e quando esses outros precisarem ele devolve o dia indo ajudar.

Outra relação acontece entre os camponeses e os grandes proprietários, pois onde o terreno permite mecanizar, os camponeses dependem de máquinas que não tem. Dessa forma, eles pagam para quem tem implementos agrícolas para fazer alguns serviços.

Já o território do agronegócio é composto por médios e grandes proprietários de terra, que possuem meios de produção que possibilitam o cultivo de grandes áreas. Nessas propriedades é produzido principalmente o milho, a soja e a criação de gado. Produção que segue os moldes do processo de modernização da base técnica da agricultura, conhecido como Revolução Verde. Com esse processo se intensificou o uso de agentes químicos, implementos agrícolas, assim como destaca Andrioli (2016):

A chamada Revolução Verde apresentava aos agricultores alternativas para aumentar a produtividade e reduzir o trabalho na agricultura. As novas tecnologias eram baseadas em uma crescente mecanização e uso de produtos químicos, aos quais os agricultores gradualmente foram se adaptando e acostumando. As empresas químicas ofereciam novos produtos a cada ano e usavam a assistência técnica para convencer da eficácia das suas inovações. Por isso, a agricultura é considerada há décadas uma das principais fontes de faturamento de empresas de produtos químicos (ANDRIOLI, 2016, p.195).

Com a modernização, as grandes empresas do agronegócio que controlam o mercado de insumos, estão constantemente desenvolvendo novas tecnologias para serem utilizadas na agricultura, com o objetivo de gerar lucro. Além disso, exercem o monopólio do preço e decidem o que será plantado.

Portanto, no que diz respeito à comunidade, as grandes empresas do agronegócio exercem forte papel no controle dos preços, determinando em certa

medida os tipos de cultivo. É neste contexto que o território que produz *commodities* está crescendo na comunidade, pois a maioria dos camponeses está deixando de plantar alimentos, como arroz, feijão, entre outros, e passando a produzir apenas milho e soja.

Essa inserção do agronegócio no território camponês vem aumentando nos últimos anos na comunidade, por meio da substituição de culturas, provocada pelo monopólio das grandes empresas do agronegócio no setor agrícola. Este é o nosso principal objeto de pesquisa e será melhor analisado a seguir, tendo como fonte os resultados da pesquisa de campo.

As entrevistas realizadas demonstraram que a maioria dos entrevistados reside na comunidade desde que nasceu. Em alguns casos também viveram na propriedade por toda a sua vida. Mas, também teve entrevistados que vieram de outros lugares para morarem na comunidade, sendo que, entre todos os entrevistados o menor tempo que algum deles está na propriedade é de oito anos.

Já no que diz respeito ao tamanho das propriedades, em que foram realizadas as entrevistas, duas propriedades têm nove hectares, uma propriedade tem 14 hectares, uma tem 28 hectares e uma com 38 hectares. Sendo que, estas são todas próprias, mas também houve dois entrevistados que arrendam mais uma quantidade de terra para cultivar, isso é feito por um proprietário que possui nove hectares e arrenda mais quatro hectares e outro que possui 14 hectares e arrenda mais nove.

No que se refere ao número de pessoas que residem na propriedade, cabe destacar que teve um entrevistado que mora sozinho, um que mora apenas com a mãe, um que mora com a mulher e um filho, um que mora com a mulher, filho, nora e neta e um que mora com a mulher e dois filhos, e nessas propriedades entrevistadas todas as pessoas que residem na propriedade trabalham na própria propriedade.

Esse fato também se reflete quando os indagamos sobre se eles contratam mão de obra para ajudar no sítio, a resposta de todos foi que não contratam. A exceção é a contratação de serviços de maquinários agrícolas que os mesmos não possuem para acelerar o serviço, isso se apresenta principalmente no período de colheita da soja, onde todos os entrevistados que não possuem colheitadeira argumentaram que contratam outro agricultor que possui esse maquinário para fazer o serviço.

É importante demarcar que essa contratação não os descaracteriza como camponeses, pois a jornada de trabalho assalariada é um dos elementos estruturais da produção camponesa, assim como nos apresenta Oliveira (2007):

*A jornada de trabalho assalariada - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada; (OLIVEIRA, 2007, p.41).*

Esse mecanismo também é utilizado de forma mais esporádica na colheita do milho, tendo em vista que é dada a prioridade para a realização da colheita desse cereal de forma manual para baratear os custos, se utilizando de mão de obra familiar.

Outro momento em que é utilizado esse mecanismo de contratação de mão de obra temporária é na colheita de feijão. Os entrevistados falaram que contratam pessoas para auxiliar na colheita, para que essa seja realizada o mais rápido possível, tendo em vista que essa é uma cultura que estraga muito rápido, como podemos observar na fala do camponês entrevistado (A. P.): “Para colher o feijão tem que paga uns pedaços pros outro arranca para colher o mais rápido possível porque senão dá uns três, quatro dias de chuva seguido e perdemos tudo”.

Já no que se refere à principal fonte de renda da propriedade, todos os entrevistados colocaram a soja e o milho como principal fonte de renda, mas também teve um entrevistado que colocou a criação de gado como uma das principais fontes de renda da propriedade.

O Quadro 01, a seguir, demonstra o que é plantado, qual é o volume da produção e qual é o destino da produção em cada propriedade entrevistada.

Quadro 01 – Cultivo, destino e volume da produção nas propriedades entrevistadas

CULTIVO	DESTINO	VOLUME DA PRODUÇÃO
<b>Entrevistado 1: H. R.</b>		
Soja	Cooperativa (COAMO)	1.300 a 1.600 sacas ano
Milho	Cooperativa (COAMO) e autoconsumo na propriedade	900 a 1.200 sacas ano

<b>Entrevistado 2: M. O.</b>		
Soja	Empresa Cargil (entrega no município vizinho)	230 a 280 sacas ano
Milho	Autoconsumo na propriedade e venda do excedente para propriedades vizinhas	180 a 220 sacas ano
Carneiro	Autoconsumo e vendas informais	40 carneiros ao ano
Aves	Autoconsumo e vendas informais	100 aves ao ano
<b>Entrevistado 3: A. P.</b>		
Soja	Cooperativa (COAMO)	250 a 300 sacas ano
Milho	Autoconsumo na propriedade e venda do excedente para propriedades vizinhas	200 a 300 sacas ano
Feijão	Autoconsumo e venda para atravessadores	30 a 80 sacas ano
Porcos	Autoconsumo e vendas informais	20 a 30 porcos ao ano
<b>Entrevistado 4: J. A.</b>		
Soja	Cooperativa (COAMO)	500 a 600 sacas ano
Milho	Autoconsumo na propriedade e venda do excedente para propriedades vizinhas	250 a 300 sacas ano
Gado	Venda para fazendas e atravessadores	10 a 12 bezerros ao ano
<b>Entrevistado 5: J. S.</b>		
Soja	Cooperativa (COAMO)	500 a 600 sacas ano
Milho	Cooperativa (COAMO)	350 a 450 sacas ano
Feijão	Autoconsumo e venda a atravessadores	100 a 200 sacas ano

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Observando a tabela podemos notar que atualmente a principal fonte de renda das propriedades entrevistadas é o cultivo da soja. Mas, durante as entrevistas foi possível avaliar que esse cenário é algo recente, pois ao serem perguntados se

houve mudança no tipo de cultura plantada na propriedade nos últimos 10 anos, a reposta foi hegemônica, todos afirmaram que há alguns anos atrás o principal cultivo das propriedades era o feijão e o milho, mas agora passou a ser a soja e o milho, assim como podemos observar na fala do camponês entrevistado (H. R):

Há alguns anos era plantado apenas milho e feijão, ai apareceu a soja e passei a plantar soja e até aumentei um pouco a área de plantio. Porque a soja dá menos trabalho e também é mais difícil de perder porque ela aguenta mais a chuva, e também tá cada vez mais difícil arruma gente pra trabalhar e na arranca de feijão é preciso pagar pra arranca porque senão não vence colher.

Na Figura 03 é possível observar a plantação de soja de um dos entrevistados, como segue.

Figura 3 – Plantação de soja na comunidade Apucararinha



Foto: o autor, 2021.

Outro fato observado foi que em alguns casos a área de cultivo também foi ampliada. Portanto, perante esse cenário buscamos entender os motivos que levaram esses agricultores a passarem a optar pelo plantio da soja em vez do feijão.

Nas entrevistas foi possível avaliar que os principais motivos são o fato de que a soja tem uma maior garantia de mercado e preços que garantem um maior rendimento, também se apresentou como um dos principais motivos para essa mudança o fato da soja ser mais resistente às adversidades do clima, assim sendo, mais difícil a sua perda em relação ao feijão.

Outro fator que está causando substituição de cultura é o fato de que a soja demanda menos trabalho para ser produzida, podendo ser todo o processo de

produção mecanizado, principalmente na hora da colheita, onde a colheitadeira colhe tudo rapidamente, diferentemente do feijão que pelo fato das áreas de cultivo na comunidade serem acidentadas, faz com que na maioria das vezes a colheita do feijão tenha que ser manual, como podemos observar na fala do camponês entrevistado (M. O):

A colheita do feijão dá muito serviço e tá muito difícil de conseguir gente pra trabalhar e nas nossas terras aqui se for colher com a colheitadeira perde muito feijão e a soja não, ela é mais alta e dá para colher com a colheitadeira, ai ela vem e colhe tudo no dia, não precisa nem colocar a mão.

Na Figura 04, logo a seguir, é possível identificar o tipo de relevo ao qual o entrevistado se refere, condição que tem sido considerada pelos camponeses da comunidade no momento de optarem pelo tipo de cultivo.

Figura 4 – Área de plantação na comunidade Apucarantina após a colheita da soja

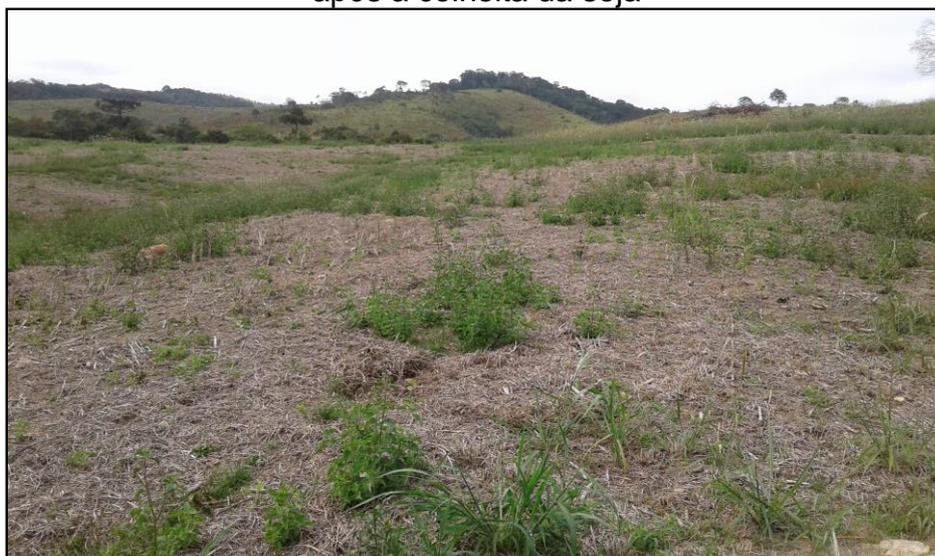


Foto: o autor, 2021.

Com isso chegamos a outro ponto, que nesse cenário de predomínio da soja se apresentou determinante na escolha da cultura, trata-se do o êxodo rural. Segundo os entrevistados isso faz com que fique difícil conseguir mão de obra para trabalhar na colheita, assim tornando a colheita mecanizada da soja a melhor opção.

Além disso, não podemos deixar de falar que aliado a estes processos está o controle exercido pelas grandes multinacionais que atuam na agricultura brasileira, onde um pequeno grupo de empresas como, por exemplo, a Bayer, a Cargill, a

Bunge e a Syngenta, além de diversas cooperativas, como a Coamo, monopolizam toda a cadeia de produção e interferem na escolha produtiva dos agricultores. Esse controle pode acontecer de duas formas, tanto pela territorialização do monopólio como pela monopolização do território, como destaca Oliveira (2015).

Sobre a territorialização do monopólio Oliveira (2015) desta que:

[...] a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. (OLIVEIRA, 2015, p. 241).

Neste caso, acontece a desterritorialização dos camponeses, pois as empresas monopolistas passam a produzir diretamente no campo, levando à saída dos camponeses. Os trabalhos de campo indicam que este processo não se apresentou com significância no recorte estudado.

Já a monopolização do território está mais presente na comunidade, ou seja, o controle do território camponês acontece pelo monopólio que se dá pelo controle da produção, pelo controle de preço exercido pelas grandes empresas multinacionais, que dessa forma influenciam o que é plantado no campo, assim como, também nos apresenta Oliveira (2015).

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o *controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory)*, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. (OLIVEIRA, 2015, p. 241, grifos no original).

Sendo assim, como no momento essas empresas que atuam na região da Comunidade Apucarantina, especialmente a Cargill, têm como principal produto a soja, essas empresas se utilizam de seus meios para subordinação dos agricultores, para fazerem com que eles passem a produzir soja em vez de produzir outros alimentos como, por exemplo, o feijão. Isso ficou evidente nas entrevistas, pois os camponeses afirmaram que um dos motivos para a substituição das culturas,

privilegiando a soja, foi a questão do preço e da garantia de mercado, condições ofertadas pelas empresas. Já o feijão, na região, segue normalmente para os atravessadores que rebaixam os preços.

Nessa perspectiva também podemos dizer que a cooperativa Coamo<sup>1</sup> está participando dessa engrenagem de inserção da soja na produção dos agricultores da comunidade. Embora ao serem perguntados se alguém da família é associado a alguma cooperativa a resposta tenha sido negativa, sendo a exceção apenas um dos entrevistados que disse ser cooperado, a regra tem sido a entrega da produção à cooperativa, ou seja, não ser cooperado não tem impedido que eles entreguem a produção na Coamo.

O fato de não se associarem se deve mais aos limites impostos pela cooperativa do que do desejo dos camponeses. Segundo eles existe uma série de pré-requisitos para se associar, como, por exemplo, ter uma área de plantio de, pelo menos, 10 alqueires (24 hectares) e ter que pagar uma taxa para se associar, isso tem impedido que eles se associem.

Mas, mesmo sem serem associados, quase todos os entrevistados entregam a sua produção para a Coamo, com exceção de um entrevistado que entrega a para a empresa Cargill de um município vizinho, pelo fato de conseguir melhores preços lá. Dessa forma a cooperativa se apresenta como uma garantia de escoamento da produção de soja e milho, também garantindo acesso a melhores preços, não precisando se sujeitar a venda a atravessadores que pagam preços abaixo do mercado como acontece no caso do feijão, segundo relatou os entrevistados.

Como se pode notar, as cooperativas empresarialistas, como a COAMO, também atuam na monopolização do território. Segundo Zeneratti (2018), as cooperativas empresarialistas ocupam uma posição contraditória, pois adotaram uma gestão típica de empresa privada capitalista, mas ainda mantém seus quadros compostos majoritariamente por camponeses. Trata-se de empreendimentos onde prevalecem os princípios cooperativistas, mas a gestão passou a ser mediada pela lógica do capital.

Neste sentido, no que se refere à monopolização do território, trata-se de um “processo que as cooperativas empresarialistas não estão alheias, antes atuam no

---

<sup>1</sup> Esta cooperativa tem sede no município de Campo Mourão, com significativa atuação na região norte do estado do Paraná. Atualmente tem a denominação de Agroindustrial Cooperativa COAMO e atua na captação, processamento e comercialização de grãos.

sentido de criar mecanismos que possibilitem manter seguros níveis de hegemonia na sua área de influência” (ZENERATTI, 2018, p. 55).

Estas cooperativas por um lado são importantes canais de comercialização, como a pesquisa demonstrou, mas, por outro lado, como estão inseridas no processo de modernização da base técnica da agricultura, disseminam no campo o modelo tecnológico do agronegócio, com uso de máquinas, equipamentos e insumos industriais (ZENERATTI, 2018). Elas são uma ferramenta de dispersão desse modelo entre os camponeses, fazendo chegar no território camponês os insumos e máquinas produzidas pelo capital industrial, como da Bayer, Syngenta, Ford, Massey Ferguson, entre outras.

A Coamo é uma cooperativa empresarialista que além da captação da produção dos cooperados e dos não cooperados atua na comercialização de produtos industriais utilizados no processo produtivo no campo. Além disso, fornece assistência técnica e cursos de formação, mas neste quesito fornece apenas para os cooperados. Sendo assim, apenas o entrevistado que é cooperado disse que dispõe de assistência técnica e participa de cursos de formação que acontecem nos dias de campo, que é quando os cooperados vão visitar plantações modelo da cooperativa ou de algum cooperado para ter acesso a novas técnicas agrícolas e a novos insumos.

Essa é uma tática das grandes empresas e cooperativas empresarialistas para fazer propaganda e vender insumos, assim como nos demonstra Paulino (2003).

[...] é comum a visita dos vendedores na propriedade ou nos eventos que reúnem grande número de produtores. Como exemplo, citamos os cursos promovidos pela EMATER e os chamados “dias de campo”, promovidos por cooperativas, órgãos oficiais de assistência técnica e mesmo pelo comércio com o apoio da indústria ligado ao setor agrícola, ocasiões em que a propaganda de insumos e equipamentos é intensa. (PAULINO, 2003, p. 267).

Mesmo que a presença camponesa nesses eventos demonstre o seu envolvimento, a sua inserção nesse mercado de tecnologias e mecanização agrícola, isso não o descaracteriza como camponês, pois assim como podemos observar em Santos e Teló (2011), na atual conjuntura onde as grandes empresas controlam o processo produtivo, os camponeses acabam sendo obrigados a se integrar nesse mercado. Mas, isso não quer dizer que a sua produção passe a ter uma lógica

capitalista, pois as relações sociais de produção, que estabelecem enquanto classe social, se diferem das relações tipicamente capitalistas, mantendo a essência de seu modo de vida camponês, se mantendo na condição de produtores simples de mercadoria, tendo como objetivo a produção da existência da família e da propriedade.

Agora, entrando na questão da compra de insumos e como é feito o pagamento dos mesmos, apenas o entrevistado que é cooperado pega os insumos na cooperativa. Já outro entrevistado é o genro dele que é associado e pega os insumos para ele na Coamo. Os demais por mais que poderiam pegar os insumos na cooperativa preferem pegar na casa rural que é a maior agropecuária do município. Nessa agropecuária eles podem fazer o pagamento dos insumos no final da safra, já na Coamo é necessário pagar metade no meio da safra e metade no final da safra.

Nos trabalhos de campo foi possível, além dos elementos já indicados, identificar o nível de mecanização das propriedades. Um dos entrevistados tem colheitadeira, trator, caminhão, plantadeira, pulverizador, arado e niveladora; outro possui trator, plantadeira, pulverizador, arado e niveladora; já outro possui trator, plantadeira, pulverizador e niveladora, bateadeira de feijão; e, os demais não possuem maquinários e contratam esses serviços que necessitam de outros agricultores que possuem os mesmos.

Na Figura 05 é possível identificar alguns desses maquinários, cabe ressaltar que são equipamentos já com certo tempo de uso, indicando um acesso precário à mecanização, contudo de grande importância para os camponeses, pois possibilita controlar internamente o trabalho, sem precisar contratar equipamentos.

Figura 5 – Implementos agrícolas de um agricultor da comunidade Apucarantina



Foto: o autor, 2021.

Outra questão que foi analisada trata do acesso à políticas públicas pelos entrevistados, todos eles responderam que não tem acesso a nenhum tipo de política pública. Essa foi uma questão que se apresentou quando perguntados sobre quais são as maiores dificuldades de viver no campo atualmente, eles disseram que é a falta de apoio do governo, dificuldade de produzir devido ao fato de dar muitas doenças nas plantações e devido a isso é preciso aumentar o uso de venenos.

Também é visto como uma das maiores dificuldades para viver no campo, o baixo preço pago pela produção, o alto custo dos insumos agrícolas, a falta de uma base de preço para a venda da produção e as mudanças climáticas. Sobre essas questões, a seguir veremos a fala do camponês entrevistado (J. A.):

Não existe um preço mínimo para a venda dos produtos, nem sempre a produção cobre os gastos com insumos, tem ano que se paga caro nos insumos e vende muito barato a produção. O clima também está muito desregulado não é mais como era antes, agora está acontecendo muita perda por conta do clima.

Quanto à questão de preços baixos pagos aos agricultores, que acabam por vezes em tornar os custos para produzir mais elevados do que o resultado das vendas, Santos e Teló (2011) nos expõe que:

[...] quando o camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação da renda e do trabalho camponês ao capital, porque o capitalista industrial se apropria do sobre-trabalho do camponês e da renda da terra, ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias. (SANTOS e TELÓ, 2011, p. 161).

Esta dificuldade de inserção no mercado, com preços mais remuneradores ao resultado do trabalho familiar, é na comunidade um limite para os camponeses, relação que dificilmente vão conseguir escapar, pois no processo de substituição das culturas optaram por aquelas *commodities* do agronegócio, onde as grandes empresas capitalistas e as grandes cooperativas ditam as regras, inclusive influenciando nos preços.

Mas, por outro lado, quando perguntados sobre quais são as maiores vantagens de se viver na Comunidade Apucarantina, foi unânime a resposta de que é a tranquilidade, o sossego, a paz e o contado com a natureza, além de ter uma boa

vizinhança e viver longe da violência. São elementos típicos do modo de vida camponeses, como destacam Santos e Teló (2011).

Sua identidade, todavia, é constituída por elementos que transcendem o aspecto econômico, pois o campesinato constitui um modo de vida, formado por um conjunto de valores simbólico-culturais norteadores da vida de tais sujeitos. Trate-se de uma forma específica de ver e se relacionar com o mundo e com seus pares. (SANTOS; TELÓ, 2011, p. 163).

Portanto, mesmo inseridos em processos econômicos complexos, onde o território camponês tem sido monopolizado pela atuação do capital, os camponeses seguem resistindo na terra. Na comunidade Apucarantina estas mudanças estão acontecendo, algumas delas conseguimos identificar, cabe agora avaliar outras e seguir buscando compreender o território e suas contradições.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho demonstrou como está ocorrendo o processo de inserção do agronegócio na agricultura camponesa. Fazendo uma análise a partir dos conceitos de território, agronegócio e agricultura camponesa foi possível identificar como o território do agronegócio avança sobre o território camponês.

Diante disso, foi possível observar no decorrer do processo de construção do trabalho que esse avanço se apresenta na Comunidade Apucarantina, principalmente, pela substituição de culturas alimentares, como o feijão, o arroz, o milho, por culturas comerciais, especialmente as *commodities*, como a soja. Este processo é reflexo da monopolização do território exercido pelas grandes empresas e cooperativas que acabam por ditar as regras produtivas no campo, interferindo no que é plantado.

Sendo assim, os camponeses se veem obrigados a optar por produzir aquilo que lhe traz mais rendimento, para que assim, ele possa garantir o sustento da família e a manutenção da propriedade.

Mas, a pesquisa também nos trouxe outras questões que estão inseridos nesse processo de disputa de território e podem vir a ser frutos de novas pesquisas, tais como: o êxodo rural que está dificultando a contratação de trabalhadores temporários e de trocas de serviços nas épocas de colheita, assim fazendo com que o plantio de culturas que sejam mecanizadas seja a melhor opção; as mudanças climáticas que estão dificultando a produção de alimentos menos resistentes a intempéries; entre outras questões que não foram possíveis de aprofundamento, mas que são indicativos para a continuação das pesquisas.

Por fim, cabe destacar o sentimento expresso pelos camponeses, os quais manifestaram o desejo de permanecer no campo e na comunidade, pois é ali que ele é feliz e encontra as condições para reproduzir seu modo de vida. Isso certamente foi algo renovou as energias do pesquisador e motiva para novas pesquisas na comunidade.

## 5. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Questão agrária no Brasil atual**: uma abordagem a partir da geografia. São Paulo: Terra Livre. 2011. p. 69-95.

ANDRIOLI, Antônio Inácio (Org.) **Tecnologia e agricultura familiar**: uma relação de educação. Ijuí: Editora Unijuí, 2009 (Coleção Educação Popular e Movimentos Sociais).

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Soja orgânica versus soja transgênica**: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Chapecó: UFFS, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 17, 2004, Gramado, 2004.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/candido-de-abreu.html>. Acesso em: 23/11/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil avançado da cidade de Cândido de Abreu**. 2020. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=66&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=66&btOk=ok). Acesso em: 23/11/2020.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2003, 430p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Território em disputa e agricultura**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

PAULINO, E. T.; KRÜGER, C. R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 32, n. 1 p. 97-107, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A. 1993.

SANTOS, A. L. M.; TELÓ, F. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**. São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora NOBEL. 1985.

SANTOS, M. O Espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: SANTOS, M.. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp. 2008. p.61-87.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**. Barcelona. 2001. p. 01-11.

WIKIPEDIA. **Imagem de localização de Cândido de Abreu**. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido\\_de\\_Abreu](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido_de_Abreu). Acesso em: 09 nov. 2020.

ZENERATTI, Fábio Luiz. O debate paradigmático na geografia agrária: divergências e convergências na abordagem territorial. Presidente Prudente: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: junho de 2014.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense. Tese (Doutorado em Geografia). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

#### A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

- 1) Há quanto tempo o senhor reside nesta propriedade?  
Qual é o tamanho da propriedade?  
É própria (proprietário, arrendado, ou outro?).

- 2) Número de pessoas que fazem parte da família (residem na propriedade)?

Primeiro Nome	Parentesco	Idade	Trabalha na Propriedade	Trabalha fora (Explicar) Campo ou Cidade; Fixo ou Temp.

- 4 – É proprietário da terra? ( ) SIM ; ( ) Não: explique: \_\_\_\_\_

- 3) Qual é a principal fonte de renda na propriedade?

- 4) O senhor(as) contrata mão de obra para ajudar no sítio (temporária ou fixa)?  
Quantas pessoas?  
O ano todo?

- 5) Nos últimos 10 anos o que foi plantado na propriedade, houve mudança no tipo de cultura? Ou no tamanho da área das plantações?

6) O que o senhor produz? Especificar tudo que se produz e seu destino (comercialização ou autoconsumo):

<b>Cultivo</b>	<b>Destino</b> (Cooperativa, empresa, mercado ou consumo próprio).	<b>Volume da produção</b> Especificar: mensal ou anual?

7) No caso de atualmente a principal plantação da propriedade ser o cultivo da soja, quais são os motivos por optar por essa produção?

8) Qual é o nível de mecanização da propriedade? Quais máquinas o senhor tem na propriedade?

9) Alguém da propriedade é associado à cooperativas? Qual? No caso de ser, há alguma influência da cooperativa no que é cultivado na propriedade? Há assistência técnica ou cursos de formação fornecidos pela cooperativa? O senhor(a) compra insumos na cooperativa e como é feito o pagamento?

10) Quais as empresas que o senhor entrega a produção? O preço é melhor que as cooperativas? Tem assistência técnica, compra insumos na empresa e como é feito o pagamento?

11) Tem acesso a Políticas Públicas? Quais  PAA ;  PNAE  Pronaf

Outro (qual): \_\_\_\_\_

Não tem acesso à políticas públicas.

12) Quais as maiores dificuldades encontradas atualmente para sobreviver no campo?

13) Quais as maiores vantagens em viver na Comunidade Apucarantina?